PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

2022/2023

www.mpce.mp.br

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Manuel Pinheiro Freitas

VICE-PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves

OUVIDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto

SECRETÁRIO-GERAL

Hugo José Lucena de Mendonça

ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Plácido Barroso Rios

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nelson Ricardo Gesteira Monteiro

NÚCLEO DE GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – NUGEP

COORDENADORA

Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO – LINO

COORDENADOR

Hugo Frota Magalhães Porto Neto

COORDENADORES AUXILIARES

André Clark Nunes Cavalcante

Haley de Carvalho Filho

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO – ASPLAN

COORDENADORA

Ticiana Cira Lima Sampaio

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM

ASSESSOR

José Reginaldo Aguiar

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – CAOCRIM

COORDENADOR

Breno Rangel Nunes da Costa

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania – CAOCIDADANIA

COORDENADOR

Élder Ximenes Filho

COORDENADORES AUXILIARES

Hugo Frota Magalhães Porto Neto

Alexandre de Oliveira Alcântara

Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – CAODPP

COORDENADOR

José Silderlândio do Nascimento

COORDENADORES AUXILIARES

Francisco das Chagas da Silva

Rita Arruda d'Alva Martins Rodrigues

Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude – CAOPIJ

COORDENADOR

Lucas Felipe Azevedo de Brito

COORDENADORES AUXILIARES

Dairton Costa de Oliveira

Flávio Côrte Pinheiro de Sousa

Centro de Apoio Operacional da Educação – CAOEDUC

COORDENADOR

Elizabeth Maria Almeida De Oliveira

COORDENADORES AUXILIARES

Jucelino Oliveira Soares

Luiz Alexandre Cyrilo Pinheiro Machado Cogan

Centro de Apoio Operacional da Saúde – CAOSAÚDE

COORDENADORA

Ana Karine Serra Leopércio

COORDENADORES AUXILIARES

Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto

Helga Barreto Tavares

Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – CAOMACE

COORDENADOR

Ronald Fontenele Rocha

COORDENADOR AUXILIAR

Francisco das Chagas de Vasconcelos Neto

Thiago Marques Vieira

Centro de Apoio Operacional Eleitoral – CAOPEL

COORDENADOR

Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto

COORDENADORA AUXILIAR

Cleyton Bantim da Cruz

Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON

COORDENADOR

Hugo Vasconcelos Xerez

COORDENADORA AUXILIAR

Juliana Cronemberger de Negreiros Moura

EQUIPE TÉCNICA

SERVIDORES

Ana Cláudia Martins Teixeira

Marciana Isabely Martins Pereira

Marina de Castro Ribeiro Barbosa

ESTAGIÁRIO

Gabriel Joseph Ananian

DESIGNER GRÁFICO

Everton Viana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO....8
INTRODUÇÃO....9
MAPA ESTRATÉGICO....10
PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2022-2023....11
METODOLOGIA DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2022-2023 DO MPCE....12
Etapas de Elaboração....13
1ª Etapa – Análise Técnica NUGEP....14
2ª Etapa – Análise Técnica – Centros de Apoio Operacional....15
3ª Etapa – Consulta Institucional....16
4ª Etapa – Avaliação das iniciativas pelo Procurador Geral de Justiça....16
PRIORIDADES DE ATUAÇÃO....17
Cidadania....17
Segurança e Justiça....17
Educação....18
Meio Ambiente....19
Infância e Juventude....19
Saúde....20
Temas Transversais....21
CONSIDERAÇÕES FINAIS....22

APRESENTAÇÃO

Nesta quadra histórica desafiadora, é possível afirmar que a criatividade tem superado as dificuldades e que o entusiasmo é essencial para vencer as crises. Nesse contexto, mais uma vez, o planejamento é um caminho seguro que conduz à renovação das instituições, sem esquecer as lições aprendidas, nem se distanciar da experiência.

O Plano Geral de Atuação do Ministério Público 2022-2023 descortina a necessidade de consolidação dos projetos exitosos já implementados e de avanços para aprimorar a execução das funções institucionais.

Para a elaboração deste novo plano, garantiu-se, a um só tempo: a escuta da sociedade, dos Órgãos de Assessoramento e dos integrantes da instituição, visando à elaboração de um plano democrático e que promova a defesa dos interesses difusos e coletivos, de acordo com o perfil constitucional do Ministério Público.

Pretende-se que o MPCE, em suas diversas áreas de atuação, seja protagonista de ações que impactem positivamente na vida do cidadão, contribuindo com sua melhor qualidade de vida, no que diz respeito ao meio ambiente hígido e equilibrado; ao direito à educação de qualidade e ao amparo à infância e juventude; ao respeito aos direitos do consumidor; ao combate aos atos lesivos ao patrimônio público; à proteção à mulher, ao idoso e à pessoa com deficiência; ao acompanhamento das políticas públicas de saúde e segurança, dentre outras tantas.

Novos passos serão dados no caminho que já vem sendo palmilhado com firmeza, arraigado no progresso construído com o esforço de muitos antecessores.

Sigamos, pois!

Dra. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves
VICE-PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

INTRODUÇÃO

O **Plano Geral de Atuação** é o documento que formaliza as ações e metas estabelecidas pelo Ministério Público do Estado do Ceará para o biênio 2022/2023, fundamentado no Planejamento Estratégico 2016 – 2021, na Lei Complementar Nº 72/2008 e em observância às diretrizes da Resolução nº 147 do Conselho Nacional do Ministério Público.

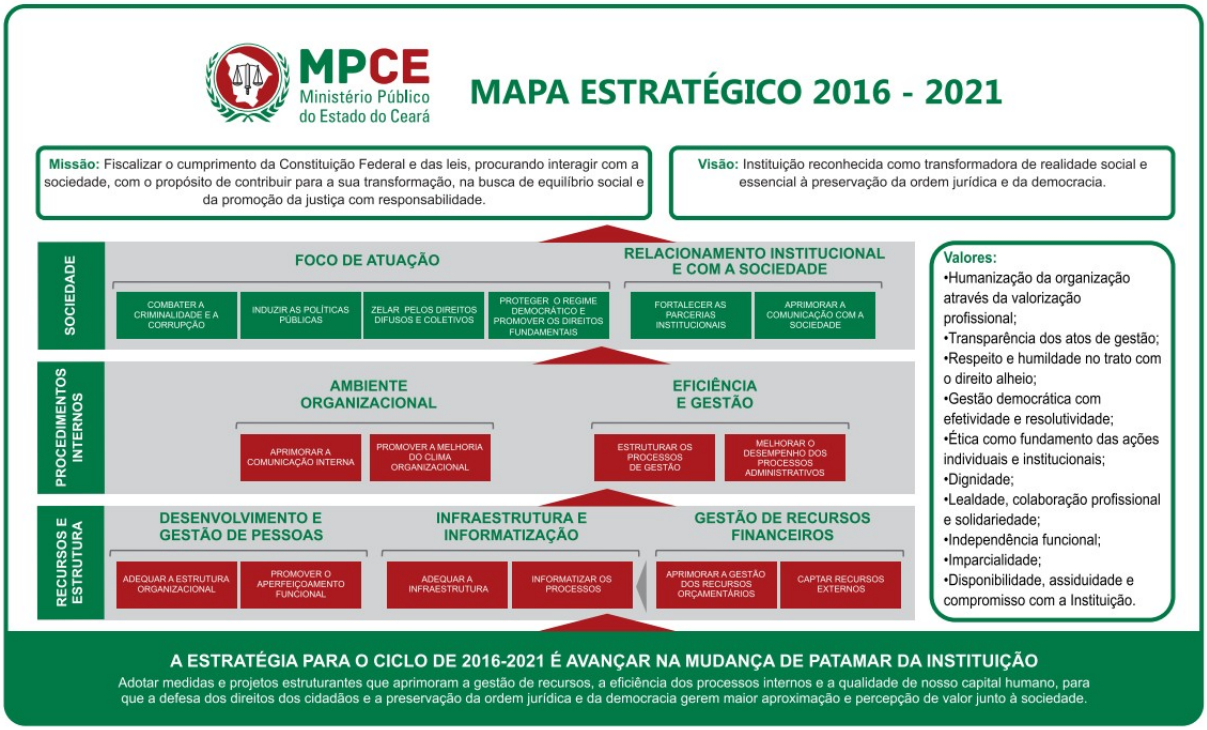
Para a elaboração deste Plano Geral de Atuação, renovamos nosso compromisso de diálogo com a sociedade cearense, ao adotarmos como base os dados dos Encontros Regionais do Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará 2020-2023, devidamente revisados pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará - SEPLAG. Além disso, ampliamos a participação institucional, através de um formulário de Consulta destinado a membros, servidores efetivos, comissionados e terceirizados, além de estagiários do Ministério Público do Ceará.

Munidos deste documento, envidaremos esforços para alcançar as metas e resultados pretendidos, por meio dos projetos que comporão o portfólio da 4ª Onda do Planejamento Estratégico do MPCE e que estarão a cargo dos Centros de Apoio Operacional, que evoluem a passos largos, tanto na prestação de um serviço de excelência no apoio aos órgãos de execução do MPCE, quanto na capacidade de ideação e desenvolvimento de projetos estratégicos com alto poder de transformação social.

Os próximos dois anos serão marcados pela Transformação Digital do MPCE, projeto que deverá proporcionar a mudança de paradigmas institucionais relacionados à Tecnologia, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Automação, impactando em toda sua atuação.

O futuro chegou. Façamos parte dele!

MAPA ESTRATÉGICO



O Mapa Estratégico traz o direcionamento principal, amplo e delimitador das ações estratégicas do MPCE. Em observação ao mapa, são 3 pilares estratégicos: **sociedade**, **procedimentos internos** e **recursos e estrutura**. A atuação finalística, objetivo maior e resultante dos outros 2 pilares, representa o valor institucional que o MPCE se propõe a entregar para a sociedade.

Neste mapa, destacam-se como objetivos estratégicos primordiais:

- Combater a criminalização e corrupção
- Induzir as políticas públicas
- Zelar pelos direitos difusos e coletivos
- Proteger o regime democrático e promover os direitos fundamentais

São esses objetivos, alinhados às iniciativas adiante apresentadas, que induzirão as ações e os Projetos Estratégicos do Ministério Público do Ceará ao longo dos anos de 2022 e 2023. Os Projetos Estratégicos são, pois, instrumentos de materialização das iniciativas priorizadas pela gestão, devidamente orientados pela estrutura de Governança Estratégica do MPCE e realizados pela atuação de membros, colaboradores e instituições parceiras.

Vale ressaltar que, em função da pandemia de COVID-19 e de seus impactos nas atividades da gestão, o Planejamento Estratégico vigente de 2016 - 2021 do MPCE foi prorrogado, com previsão de ser revisado em 2022. Portanto, o Mapa apresentado continua sendo utilizado como instrumento de orientação das ações estratégicas institucionais.

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2022-2023

O **Plano Geral de Atuação 2022-2023** consiste em um documento que formaliza e apresenta as diretrizes de atuação finalística para o biênio 2022-2023, devidamente alinhadas aos instrumentos de Planejamento Estratégico da Instituição e priorizadas em um processo democrático que contemplou a sociedade cearense e a comunidade institucional.

A partir das iniciativas apontadas neste documento, os Membros do Ministério Público podem direcionar assertivamente sua atuação, promovendo ações alinhadas a esses objetivos e, em última análise, em atendimento aos anseios da população cearense.

Por excelência, a forma de contribuir para o cumprimento desses objetivos está na colaboração para consecução dos Projetos Estratégicos. Planejados e executados sob a coordenação dos Centros de Apoio Operacional, e contando com o apoio técnico do Núcleo de Gestão de Projetos Estratégicos - NUGEP, os Projetos Estratégicos buscam concretizar os objetivos institucionais de forma estratégica e eficiente, proporcionando melhores resultados em comparação a ações isoladas e refletindo em uma maior capacidade de transformação social.

Importante ressaltar que a execução de Projetos Estratégicos não é restrita às equipes dos Centros de Apoio, mas sim depende do esforço conjunto de todos que fazem parte do Ministério Público do Ceará. A participação de membros do Ministério Público é regulamentada pelo Ato Normativo nº 142/2020 e, em virtude da grande relevância institucional e estratégica, enseja em pontuação para fins de ascensão funcional.

Sigamos, pois, com as lições aprendidas do passado, o olhar para o futuro e os pés fincados no presente, buscando incessantemente cumprir a vocação ministerial de defesa da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis.

METODOLOGIA DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2022-2023 DO MPCE

A construção do Plano Geral de Atuação 2022-2023 adotou como ponto de partida o Resultado dos Encontros Regionais para elaboração do Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará - PPA 2020-2023, submetido à revisão, pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará em 2021.

Os Encontros Regionais consistiram em uma série de eventos presenciais em cada uma das regiões do Estado do Ceará, em que foram apresentados e debatidos as necessidades e interesses da população cearense, contando com ampla participação popular e que culminaram no apontamento de 1246 iniciativas, distribuídas pelos sete eixos de atuação do governo estadual, os 7 Cearás: Ceará do Conhecimento, Ceará Democrático, Ceará Pacífico, Ceará Saudável, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades e Ceará Sustentável.

O Plano Geral de Atuação 2022-2023 do Ministério Público do Ceará foi elaborado com base em cinco premissas essenciais, as mesmas observadas na construção do Plano Plurianual do Governo Estadual 2020-2023:

- **Gestão Pública para Resultados:** foco em resultados das execuções de políticas e programas, priorizando a eficiência, senso distributivo na alocação dos recursos e nas ações;
- **Participação Cidadã:** interação entre o MPCE e o cidadão, objetivando a criação de diretrizes que auxiliarão na atuação institucional;
- **Promoção do Desenvolvimento Territorial:** busca o equilíbrio da dimensão territorial, superando os desafios e potencializando oportunidades regionais;
- **Intersetorialidade:** traduz a implementação de políticas públicas articuladas, centrada em territórios, visando à organização logística das ações definidas e à superação da fragmentação das políticas públicas;
- **Promoção do Desenvolvimento Sustentável:** alinha-se ao conceito global de desenvolvimento, direcionando o planejamento de políticas públicas à sustentabilidade econômica, ambiental e social do estado.

A adoção da lista de iniciativas para elaboração deste documento é motivada pelos seguintes aspectos:

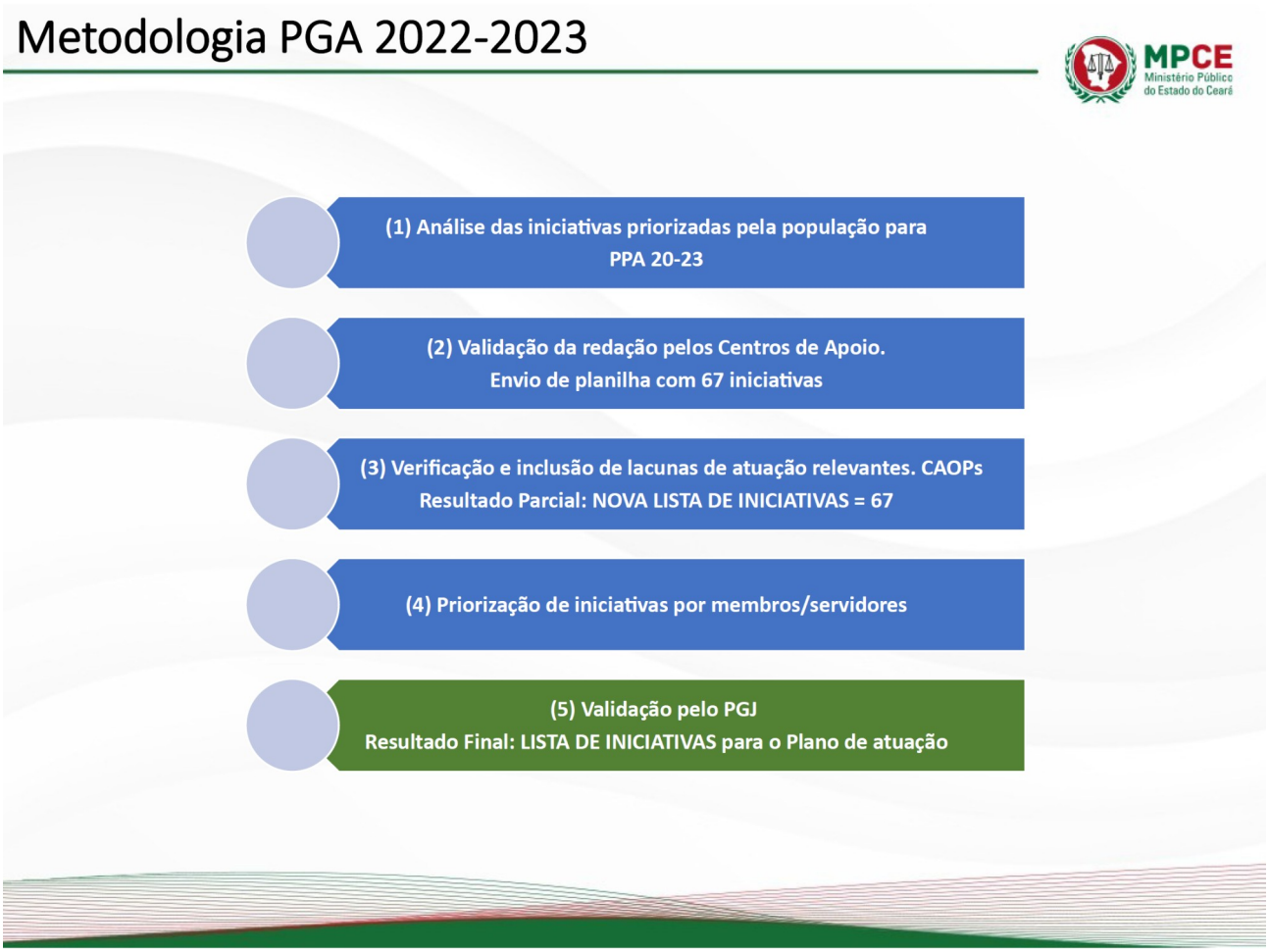
- **Qualidade Metodológica:** O Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará foi construído, em todas as suas fases, segundo um guia metodológico tecnicamente adequado e que previu um amplo processo de diálogo e participação cidadã, resultando em um vasto material que contempla a diversidade dos eixos de atuação governamental e, por consequência, alberga as muitas áreas de atuação finalística do Ministério Público.
- **Agilidade e Economia de Recursos:** A realização de um evento do porte dos Encontros Regionais do Plano Plurianual demanda muito tempo e elevados recursos financeiros. Lançar mão dessas informações é uma oportunidade ímpar de garantir a celeridade, a economia e, principalmente a assertividade de uma atuação direcionada às demandas da sociedade cearense.

Etapas de Elaboração

O ponto de partida para a elaboração da lista de iniciativas focais da atuação do Ministério Público do Ceará foi a utilização da lista elaborada pela população durante os Encontros Regionais para o Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado do Ceará. Esta lista inicial passou por revisão em 2021 pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG/CE, mediante nova consulta, desta vez eletrônica, à sociedade em geral.

Com o material revisado, ficou a cargo do Núcleo de Gestão de Projetos Estratégicos, da Assessoria de Planejamento e Coordenação e dos Centros de Apoio Operacional, tratamento técnico, para fins de agrupamento e verificação de pertinência e viabilidade de atuação do MPCE.

Em continuidade, o resultado parcial da análise técnica foi dividido em eixos temáticos e disposto em formulário eletrônico para fins de priorização das estratégias de atuação, através de processo participativo dos colaboradores do Ministério Público do Ceará. O questionário foi disponibilizado em meio virtual, em plataformas específicas, acessíveis e abertas ao público interno.



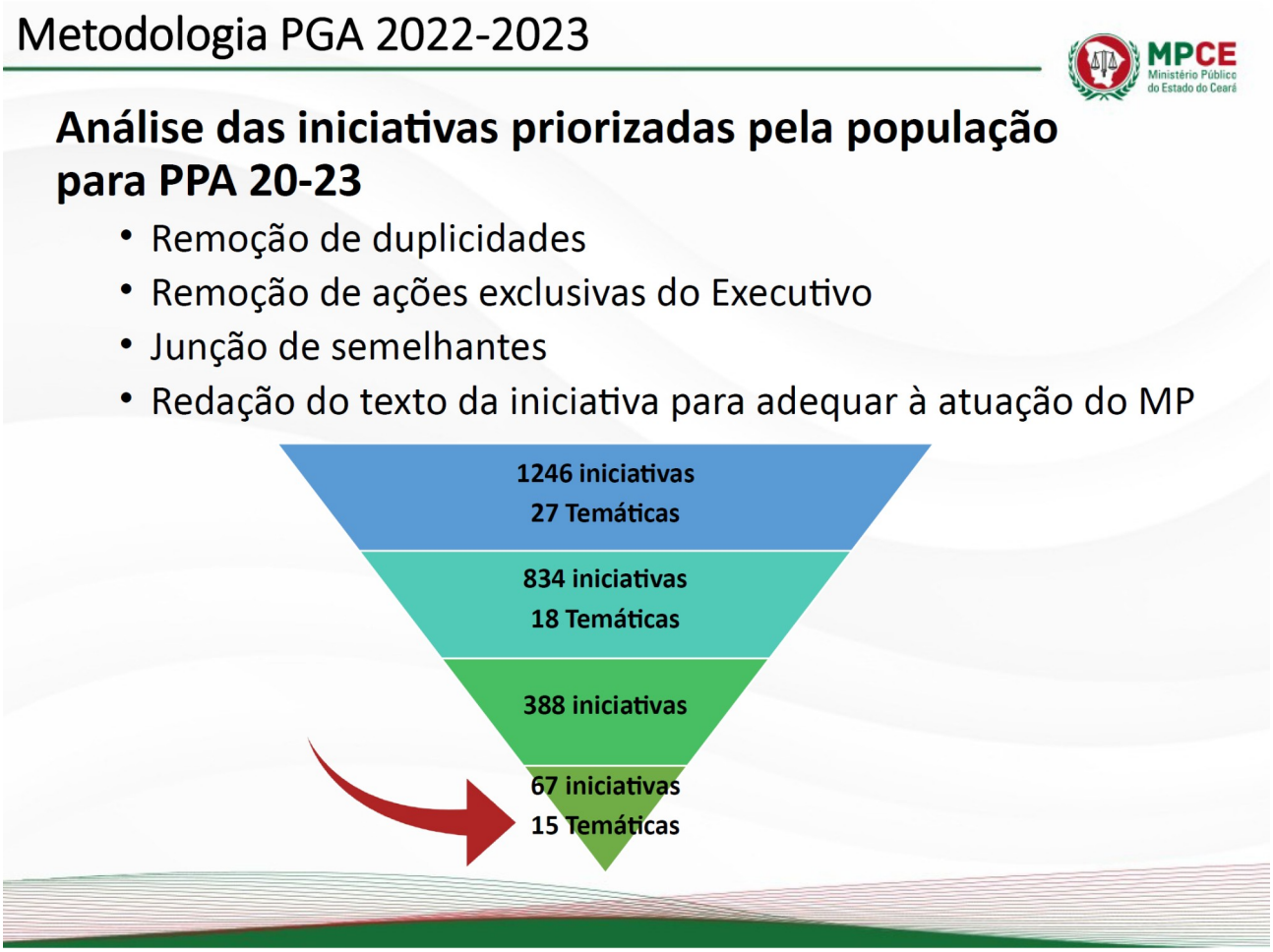
As etapas para a realização da consulta institucional seguem, detalhadamente, descritas a seguir:

1ª Etapa – Análise Técnica NUGEP

- Os **1246** apontamentos coletados nos Encontros Regionais do PPA 2020-2023 foram submetidos à triagem inicial para remoção de duplicidades, remoção de ações exclusivas do Poder Executivo, fusão de iniciativas semelhantes e adequação do texto das iniciativas à atuação do Ministério Público;
- Após a triagem, as iniciativas foram classificadas por área de atuação de cada Centro de Apoio Operacional, organizadas em formato de planilhas eletrônicas e enviadas aos Centros de Apoio para análise técnica.

2ª Etapa – Análise Técnica – Centros de Apoio Operacional

- As equipes dos Centros de Apoio realizaram a análise das iniciativas sob os aspectos de adequação a cada área de atuação, adequação à atuação do Centro de Apoio, validação do texto e proposição de exclusão ou inclusão de novas iniciativas, resultando em uma nova lista, contendo **67 iniciativas**, divididas em **15 temáticas**: Acesso à terra e moradia, Assistência social, Cultura e arte, Educação básica, Energias, Esporte e lazer, Inclusão social e direitos humanos, Infraestrutura e mobilidade, Justiça, Meio ambiente, Recursos hídricos, Saneamento básico, Saúde, Segurança alimentar e nutricional e Segurança pública.



3ª Etapa – Consulta Institucional

- A Consulta Institucional foi realizada exclusivamente através de plataforma virtual (formulário eletrônico), disponibilizado na Intranet do MPCE no período entre os dias **14 de dezembro de 2021 e 28 de janeiro de 2022,** aberto à participação de membros, servidores efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários do Ministério Público do Ceará;
- Na consulta, foram apresentadas **67 iniciativas,** divididas em **sete temas**: Cidadania, Segurança Pública e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Saúde e Temas Transversais (que podem ser abordados por diversas áreas de atuação).
- No formulário, os participantes avaliaram as iniciativas conforme o grau de relevância para atuação do Ministério Público do Ceará, atribuindo valores de 1 (um) a 5 (cinco), considerando que 1 corresponde a muito baixo e 5 corresponde a muito alto. A avaliação das iniciativas foi facultada aos participantes, de modo que era permitido não avaliar alguma categoria ou iniciativa;
- Encerrado o prazo da Consulta Institucional, foi realizada a verificação e tabulação dos resultados obtidos. Foram computadas, ao todo, 148 respostas.

4ª Etapa – Avaliação das iniciativas pelo Procurador Geral de Justiça

- A partir dos resultados da Consulta Institucional, o Procurador-Geral de Justiça realizou a avaliação das iniciativas em relação ao plano de gestão para atuação do Ministério Público do Ceará para o biênio 2022-2023;
- As iniciativas consideradas urgentes para a administração foram destacadas em sua temática e foram classificadas como **“iniciativas em foco”**;
- A diretriz da gestão é que as iniciativas sejam materializadas por meio dos Projetos Estratégicos, planejados e estruturados de forma objetiva e realizável, de modo a viabilizar a execução de projetos e a apresentação de resultados;
- A lista de iniciativas, em foco e as gerais, compõe o Plano Geral de Atuação 2022-2023, submetido à apreciação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

PRIORIDADES DE ATUAÇÃO

Os resultados apresentados a seguir, auxiliarão no estabelecimento de estratégias e otimização de esforços que nortearão as ações e projetos do Ministério Público do Ceará, no biênio 2022/2023.

A seguir, é feita a apresentação das iniciativas por temática e por categorização, sendo as "**Iniciativas em foco**" aquelas que a instituição almeja atuar com mais senso de urgência, e as demais compõem as "**Iniciativas gerais**".

*(*) "**Ordem por peso**" corresponde à classificação da iniciativa na lista geral, de acordo com o peso dos votos recebidos e de sua nota média.*

*(*) "**Nota média**" corresponde à média das notas de relevância (de 1 a 5) recebidas.*

Cidadania

Iniciativas gerais	Ordem por peso	Nota Média
Fortalecer a acessibilidade.	4	4,72
Fortalecer e ampliar os espaços de esporte, lazer e cultura sobretudo à juventude, pessoas idosas e pessoas com deficiência, visando bem-estar e saúde da comunidade.	51	4,39
Apoiar as classes mais vulneráveis, favorecendo a realização de eventos culturais.	62	4,2
Apoiar a integração interinstitucional e a realização de eventos para o fortalecimento da cultura regional.	66	3,96

Segurança e Justiça

Iniciativas em foco	Ordem por peso	Nota Média
Incentivar a integração de órgãos e fortalecimento das políticas públicas de segurança.	8	4,66
Buscar a interlocução entre órgãos do Poder Executivo, da Segurança Pública e sociedade civil, visando políticas integradas para prevenção de criminalidade e defesa da vida	15	4,64
Fomentar políticas de reintegração para presos e egressos do Sistema Prisional.	56	4,32

Iniciativas gerais	Ordem por peso	Nota Média
Efetivar a política de prevenção e combate à violência contra mulher.	1	4,8
Garantir estruturação e qualificação na prestação dos serviços de segurança, visando o atendimento às pessoas vulneráveis e vítimas de violência.	2	4,81
Fomentar programa de proteção imediata para crianças e adolescentes ameaçados.	3	4,73
Melhorar a integração e otimizar os serviços de segurança pública, visando dar maior celeridade aos atendimentos.	14	4,62
Garantir a qualificação dos agentes no acompanhamento nos casos de violência a cada grupo vulnerável específico (mulheres, idosos e LGBTs).	17	4,6
Incentivar o zelo e fiscalização pela manutenção e qualidade dos serviços, profissionais e equipamentos do sistema de segurança pública.	33	4,53
Incentivar programas de educação para pessoas inseridas no sistema prisional e vulneráveis.	35	4,42
Incentivar a integração de órgãos e fortalecimento das políticas públicas de combate ao tráfico de drogas.	52	4,4

Educação

Iniciativas em foco	Ordem por peso	Nota Média
Fortalecer o relacionamento escola e família.	25	4,51
Incentivar a formação continuada dos profissionais da educação e equipes multidisciplinares, com ênfase na identificação, notificação de violências contra crianças e adolescentes.	26	4,54
Promover políticas de Educação e Segurança Alimentar e Nutricional para garantir alimentação saudável nas escolas.	38	4,44
Incentivar a Busca Ativa Escolar	39	4,47
Iniciativas gerais	**Ordem por peso**	**Nota Média**
Fomentar a promoção da acessibilidade com uso de recursos arquitetônicos, estruturais, materiais e humanos de atendimento disponibilizados nas redes de ensino)	12	4,63
Incentivar a efetivação dos direitos estudantis.	34	4,46
Promover políticas intersetoriais que integrem educação, ciência, tecnologia, cultura e comunicação.	46	4,37
Fomentar o uso da linguagem de Libras	49	4,34

Meio Ambiente

Iniciativas em foco	Ordem por peso	Nota Média
Fortalecer a política de fiscalização do meio ambiente.	18	4,55
Fiscalizar o efetivo cumprimento das políticas públicas em prol da implantação de tecnologias de disposição "ambientalmente correta" dos resíduos sólidos.	22	4,52
Fomentar ações que resultem no uso racional dos recursos hídricos.	24	4,48
Provocar políticas de valorização de espaços públicos: praças, parques, calçadas e outros similares.	36	4,48
Fortalecimento da proteção do patrimônio cultural estadual e local.	50	4,36
Iniciativas gerais	**Ordem por peso**	**Nota Média**
Incentivar o redimensionamento e aperfeiçoamento do sistema de tratamento de esgoto.	7	4,67
Fomentar implantação e gestão de plano/rede de saneamento básico.	10	4,69
Fortalecer as políticas de controle ao uso irregular de agrotóxicos.	27	4,5
Apoiar a elaboração/revisão dos planos diretores municipais e sua fiscalização.	29	4,45
Fortalecer a educação ambiental.	43	4,39
Garantir a correta operacionalização das unidades de conservação ambientais estaduais e locais	54	4,38
Fomentar a diversidade da matriz energética.	59	4,29

Infância e Juventude

Iniciativas em foco	Ordem por peso	Nota Média
Promover a integração das políticas de esporte, saúde e educação visando a comunidade infanto-juvenil.	48	4,44
Iniciativas gerais	**Ordem por peso**	**Nota Média**
Fortalecer a política de atendimento aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, visando garantir sua inclusão na sociedade.	16	4,54
Incentivar a integração de órgãos e fortalecimento das políticas públicas assistenciais para pessoas idosas e pessoas com deficiência.	19	4,54
Garantir a qualificação e profissionalização aos egressos ao sistema prisional e socioeducativo visando sua absorção no mercado de trabalho.	31	4,44

Promover maior fiscalização e transparência na aplicação dos recursos para a área da Infância e da Juventude.	41	4,5
Garantir a qualidade, regularidade e acesso aos serviços e equipamentos socioassistenciais, através de monitoramento, acompanhamento ou avaliação.	44	4,44
Fomentar políticas e ações públicas de apoio a grupos vulneráveis, priorizando por qualidade de equipamentos e amplo acesso aos serviços socioassistenciais.	45	4,5
Garantir a execução de políticas públicas transversais para a juventude abarcando as áreas cultura, lazer e geração de trabalho e renda.	47	4,43
Incentivar a integração de órgãos e fortalecimento das políticas públicas assistenciais para juventude.	55	4,38

Saúde

Iniciativa em foco	Ordem por peso	Nota Média
Fortalecer a gestão do sistema de imunização.	23	4,58
Iniciativas gerais	**Ordem por peso**	**Nota Média**
Zelar pela manutenção e qualidade dos serviços oferecidos pelas estruturas e equipamentos da rede de saúde.	5	4,72
Acompanhar o funcionamento, o financiamento e estruturação dos serviços na rede de atenção básica	6	4,74
Fortalecer a atuação do MP na tutela coletiva, visando à diminuição dos casos individuais de judicialização da saúde.	9	4,68
Fortalecer as políticas de atenção à saúde da pessoa idosa.	13	4,63
Monitorar a política estadual e municipal de saúde mental	21	4,62
Monitorar e acompanhar a estruturação da rede atenção à saúde materno-infantil.	30	4,57
Fortalecer as ações Intersetoriais de controle ao uso abusivo de álcool e outras drogas.	53	4,39
Fomentar a descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS).	57	4,32

Temas Transversais

Iniciativas em foco	Ordem por peso	Nota Média
Fomentar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade às políticas públicas habitacionais e assistenciais.	32	4,5
Garantir fiscalização de políticas fundiárias e habitacionais, de interesse social para a população mais vulnerável.	37	4,54
Iniciativas gerais	**Ordem por peso**	**Nota Média**
Fortalecer as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência.	11	4,69
Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.	20	4,6
Disseminar conhecimento a respeito das violações de direito da pessoa idosa.	28	4,56
Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis.	40	4,47
Fortalecer os conselhos de direitos (Criança e do Adolescente. pessoa idosa e pessoa com deficiência)	42	4,49
Fortalecer as políticas existentes de segurança alimentar e nutricional.	58	4,38
Promover melhor intersetorialidade entre as políticas sociais.	60	4,31
Integrar políticas de segurança no trânsito, promovendo qualificação e fiscalização em todos os municípios, através do fomento à municipalização do trânsito.	61	4,28
Disseminar o conhecimento no contexto interseccional de raça, gênero, classe e sexualidade, principalmente quanto ao acesso a equipamentos e políticas públicas.	63	4,22
Fomentar políticas de direitos para população negra e LGBT.	64	4,14
Promover a integração intermunicipal (consorciar) para a efetividade da execução de políticas públicas relacionadas ao trânsito.	65	4,09

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Geral de Atuação 2022-2023 do Ministério Público do Ceará tem, por definição e por vocação, a finalidade de alinhar os instrumentos de planejamento estratégico da Administração às diretrizes apontadas pela sociedade e priorizadas pela comunidade institucional, materializando-as através de projetos e ações.

Reflexo disso é que todas as iniciativas apresentadas, ainda que não estejam relacionadas como iniciativas "em foco", estão aptas a fundamentar a submissão e aprovação de Projetos Estratégicos. Outro aspecto relevante é o apontamento de **Temas Transversais**, que não só permitem, mas encorajam a atuação conjunta de Centros de Apoio Operacional na concepção de ideias e execução de projetos mais robustos e multidisciplinares.

Relevante destacar o papel fundamental dos Centros de Apoio Operacional como executores dos projetos e ações, além de disseminadores de conhecimentos em suas respectivas matérias e de boas práticas de atuação.

No contexto da gestão atual, buscamos, assim, ampliar nosso foco de atuação e nosso relacionamento interinstitucional e com a sociedade, mas sem abdicar do viés de definição estratégica de prioridades, considerando a **limitação de recursos** e o **alcance de resultados**.

Importante esclarecer que este documento não tem a pretensão de estipular metas e indicadores específicos, mas sim focar em uma orientação de atuação por base na escuta social e institucional. A existência de indicadores e metas específicos caberá a cada projeto a ser definido e executado. Quanto aos indicadores sociais oficiais, estes poderão servir de verificação de impacto, mas não objetivamente como indicadores específicos da atuação por serem resultado das mais variadas ações – sociais, econômicas, ambientais etc. Os indicadores sociais podem, a título de informação, ser acompanhados por sites oficiais, de acordo com a temática em análise, ou ainda, por meio da ferramenta já disponível no site do MPCE - "MAPA SOCIAL", assim como utilizados como premissas na concepção de ações coordenadas para os objetivos dos projetos.

No que tange à escolha por execução de iniciativa de forma institucionalizada e acompanhada de forma sistemática, a definição se dará por ocasião do planejamento e execução de Projetos Estratégicos, sempre com foco na exequibilidade e no atendimento das necessidades e pretensões institucionais de curto e médio prazo, além do fomento a ações mais estruturadas de longo prazo.

Dessa forma, espera-se obter qualidade na execução dos projetos com verdadeiro impacto social. Por outro lado, tampouco pretende-se restringir a execução das iniciativas apenas por meio de projetos estratégicos. É oportuno que mesmo em projetos e ações locais, o membro e servidor possam utilizar este plano como referência e guia orientativo, embasando, mas não limitando sua atuação.

O Plano Geral de Atuação 2022-2023 é mais que uma carta de intenções ou um guia de trabalho: é um convite à união e otimização de esforços para concretização dos objetivos aqui dispostos e, por fim, de cumprimento do nosso dever de servir à sociedade cearense.

MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Ministério Público do Estado do Ceará
Procuradoria Geral de Justiça
Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, 130 - Cambeba
www.mpce.mp.br